



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 638550 - SP (2021/0001132-3)

RELATOR : MINISTRO PAULO DE TARSO SANSEVERINO
IMPETRANTE : MILTON NUNES JUNIOR
ADVOGADO : MILTON NUNES JUNIOR - SP151594
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : R R V
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de R. R. V. em que se aponta como autoridade coatora o relator do HC n. 2285569-53.2020.8.26.0000, em trâmite no Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo.

O impetrante alega falta de fundamentação da decisão que decretou a medida cautelar de afastamento do paciente do lar conjugal.

Sustenta que o próprio juiz descumpriu a determinação que havia dado, no sentido de possibilitar ao paciente a retirada de seus bens pessoais da residência em que morava com sua ex-cônjuge.

Aduz que o desembargador relator do *habeas corpus* impetrado no TJSP "deixou de observar a petição de fls. 188 dos autos de origem indicando terceiros para retirar os pertences do paciente que até a presente data não foi homologado" (fl. 18).

Requer, ao final, a revogação da medida protetiva "de suposta violência doméstica narrada de forma unilateral sem respaldo probatório" (fl. 19), bem como que lhe seja concedida a possibilidade da retirada dos bens pessoais de sua antiga residência.

É, no essencial, o relatório. Decido.

O *writ* não merece prosperar.

A decisão impugnada foi proferida por desembargador. Não há acórdão sobre a matéria suscitada na presente impetração, o que inviabiliza seu conhecimento pelo Superior Tribunal de Justiça.

Registre-se que "a provocação da jurisdição desta Corte Superior exige o prévio esgotamento da instância antecedente. Se a defesa não interpôs agravo regimental com o fim de submeter a decisão singular à apreciação do órgão colegiado competente, não se inaugurou a competência deste Tribunal Superior (precedentes)" (AgRg no HC n. 423.705/RS, relator Ministro Antonio Saldanha Palheiro, Sexta Turma, DJe de 5/4/2018).

Ademais, a decisão proferida pelo desembargador relator do *writ* destaca que "não está havendo restrição à liberdade de ir e vir do impetrante. Ele apenas está impedido de ingressar no que antes era sua residência em razão de medida protetiva à integridade psicológica de sua ex-esposa" (fl. 68).

Ressalta, ainda, que foi designada data e hora para que a diligência de retirada de bens pessoais do paciente fosse efetivada, mas este deixou de apresentar o nome de terceira pessoa que poderá comparecer ao local, conforme determinado pelo Juízo de primeiro grau.

Ante o exposto, com fundamento no art. 21, XIII, c, c/c o art. 210 do RISTJ, indefiro liminarmente o presente *habeas corpus*.

Cientifique-se o Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 09 de janeiro de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS

Presidente